



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR DA FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO. Ao vigésimo primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, às 14h01min, na sala 202 no prédio da FADIR, reuniram-se os membros do Conselho Diretor, **Hermes Moreira Junior** (diretor e presidente do Conselho), **Alaerte Antonio Martelli Contini** (vice-diretor), **Alisson Henrique do Prado Farinelli** (coordenador do curso de Direito), **Mario Teixeira Sá Junior** (coordenador do curso de Relações Internacionais), **Tomaz Espósito Neto** (coordenador do Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos), **Bruno Boti Bernardi** (Presidente da Comissão Interna de Extensão), **Arthur Ramos do Nascimento** (Presidente da Comissão Interna de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação), **Douglas Policarpo** (representante dos docentes), **Maria Batista Britto Bossa e Camila Cristina Martins Real** (representantes dos servidores técnicos-administrativos), **Rafaelly dos Santos Nascimento** e **Jhon Gabriel Deniz Ovelar** (representantes discentes). Justificou ausência: **Deusdete Junior Santos**, por estar em gozo do período de férias. Também estavam presentes na reunião os professores Déborah Silva do Monte e Marcelo Ioris Koche Junior, as técnicas Gabriela Menezes Bonfim e Juliana De Oliveira Teixeira e o acadêmico de Direito Adrian Luiz Bulzan dos Reis. A pauta foi composta pelos seguintes assuntos: Expediente; Aprovação da ata da 10ª Reunião Ordinária de 2023 do Conselho Diretor; Posse de Conselheiro; Homologação das Resoluções *Ad Referendum* (311 a 324 de 2023 e 01 a 12 de 2024); Lista de oferta PPGFDH 2024.1; Relatório afastamento pós-doutorado - Professoras Verônica e Simone; Regulamento Geral de Trabalho de Conclusão de Curso - RI; Afastamento para Pós-Doutorado - Professor Gustavo; Colaboração técnica - Professora Verônica Guimarães UFGD/FUNDAJ; Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP/2024 (1º ciclo de revisão); Programa de Extensão da FADIR e Assuntos Gerais.

PRIMEIRO ASSUNTO (Expediente): O professor Hermes apresentou a minuta do Regulamento de Extensão do Curso de Direito, a pedido do professor Alisson, documento discutido e aprovado no âmbito do NDE do referido curso. O coordenador de Direito ressaltou que o prazo indicado pela PROEC para encaminhamento do documento foi 20/02/2024, mas que ainda ontem havia solicitado prorrogação, a fim de que a FADIR tivesse tempo hábil para apreciar via Conselho Diretor. O professor Bruno ressaltou que houve prorrogação do referido prazo. Em discussão. Não houve discussão. O diretor indicou que a referida minuta será apreciada no décimo item da pauta, com o Regulamento de Extensão da

FADIR. Em votação a inserção do referido tema na pauta da reunião, aprovada por unanimidade.

SEGUNDO ASSUNTO (Aprovação da ata da 10ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor de 2023): O professor Hermes comunicou que a ata anterior, da reunião realizada em 30 de novembro de 2023, foi enviada com antecedência. Em discussão. Não houve discussão. Aprovada por unanimidade.

TERCEIRO ASSUNTO (Posse de conselheiro): O Presidente apresentou aos conselheiros o e-mail do Centro Acadêmico Celso Amorim, do curso de Relações Internacionais, com a indicação da nova representante, a acadêmica Rafaelly dos Santos Nascimento, em substituição à aluna Isabela Moreira. Os conselheiros deram boas-vindas à discente e o diretor ressaltou a importância da participação dos acadêmicos nas reuniões e explicou que, no momento, quanto à representação discente, há um aluno do curso de Direito, um de Relações Internacionais e um do programa de mestrado.

QUARTO ASSUNTO (Homologação das Resoluções *Ad Referendum* nº 311 a 324 de 2023 e 01 a 12 de 2024): O professor Hermes fez a leitura e explicações das resoluções *ad referendum* junto aos demais conselheiros. Destacou a Resolução nº 317 de 2023, na qual se constou o aproveitamento de estudos de uma acadêmica do curso de Direito, com o indeferimento das disciplinas prática jurídica I e II. O Diretor ressaltou que as negativas se deram em razão de o regulamento geral do curso de graduação não prever aproveitamento de atividade acadêmica específica. O Diretor também ressaltou a Resolução nº 320, que abordou acerca da desmatrícula e matrícula extemporânea de discente na disciplina TCC I. O presidente pontuou que, considerando o afastamento para licença saúde da professora Déborah, não foram abertas as disciplinas de TCC, de modo que alguns acadêmicos se matricularam com outros docentes e realizaram, com o término da licença saúde, a posterior troca. Houve destaque, também, da resolução nº 02/2024, na qual se indicou o professor Alaerte, então suplente, como titular, em substituição à professora Adriana. O presidente observou, ainda, a resolução nº 04/2024, na qual houve manifestação favorável à celebração de Convênio entre o Ministério Público Federal no estado de Mato Grosso do Sul e a Universidade Federal da Grande Dourados, e foi realizada *ad referendum* para que os alunos não perdessem o vínculo de estágio. O Diretor apontou, ainda, a Resolução nº 10/2024, com a lista de oferta das disciplinas dos cursos de Direito e Relações Internacionais, a qual foi aprovada *ad referendum*, considerando o prazo para lançamento das disciplinas e a deliberação em ambos os colegiados dos cursos. A Resolução nº 11/2024 também foi salientada, a qual aborda a oferta da disciplina “Direito Processual Civil I” no período especial de verão, a ser ministrada pelo professor Alisson. A aprovação se deu em razão da ausência de sua oferta no período RAE e a próxima oferta somente suceder no segundo semestre de 2024, o que atrasaria o discente em, pelo menos, um semestre, considerando sua

condição de formando. O professor Bruno questionou se houve a aprovação de uma disciplina de verão do curso de Relações Internacionais, oportunidade em que o presidente informou que a direção ainda não havia recebido a demanda. Em discussão. Não houve discussão. Aprovadas por unanimidade.

QUINTO ASSUNTO (Lista de oferta PPGFDH 2024.1): O presidente apresentou a lista de oferta do Programa de Pós-Graduação em Fronteiras e Direitos Humanos. O professor Tomaz expôs que se deliberou por ofertar três disciplinas obrigatórias e três disciplinas optativas, cujas aulas iniciam em abril. O diretor pontuou que foi um processo seletivo com grande número de inscritos, de modo que a expectativa é de que seja um ano cheio para o programa de pós-graduação. Em discussão. Não houve discussão. Aprovada por unanimidade.

SEXTO ASSUNTO (Relatório afastamento pós-doutorado - Professoras Verônica e Simone): O presidente apresentou o relatório de afastamento de atividade de pós-doutorado das professoras Verônica e Simone, com os documentos, produções, publicações e o formulário da PROPP preenchido e assinado. O professor Arthur informou que as referidas docentes não encaminharam a documentação à Comissão Interna de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação. Desse modo, o professor Bruno solicitou a retirada de pauta. Em votação a retirada de pauta, aprovada por unanimidade.

SÉTIMO ASSUNTO (Regulamento Geral de Trabalho de Conclusão de Curso - RI): O presidente apresentou a minuta do Regulamento Geral de Trabalho de Conclusão de Curso de Relações Internacionais. O professor Hermes pontuou que foram realizados ajustes para que, dentre outras adequações, fosse possibilitada a realização de bancas de forma remota. O professor Bruno informou que um dos requisitos para tanto é o encaminhamento de comprovante de residência, a fim de demonstrar que o discente não reside mais em Dourados. A professora Déborah comunicou que esse regulamento já está pronto há alguns meses e que não havia sido publicado ainda para aguardar a regulamentação do COUNI e pontuou que outra alteração promovida foi a dispensa de entrega de CD quando da apresentação do TCC. O professor Bruno questionou a possibilidade de alterar o número mínimo de quarenta páginas para trinta. O professor Mario disse que raramente há problema nesse aspecto, tendo conhecimento de apenas um caso. O presidente sugeriu que fosse acompanhado mais casos nesse sentido para, se necessário, se promover a referida alteração. Em discussão. Não houve discussão. Aprovado por unanimidade.

OITAVO ASSUNTO (Afastamento para Pós-Doutorado - Professor Gustavo): O diretor expôs os documentos apresentados pelo professor Gustavo Preussler, o qual está incluído no PDP da FADIR para saída em 2024.1 a 2025.1. O referido docente encaminhou à Direção toda documentação necessária no dia 05 de fevereiro, para saída em 01 de abril, o que denota o cumprimento do prazo não só da Unidade Acadêmica, mas também da PROGESP. O presidente informou que, em razão de o professor Gustavo ser o único processualista penal na

FADIR, a Direção já demandou a seleção de professor substituto para a área específica, que deve ser publicada nos próximos dias. Em discussão. Não houve discussão. Aprovado por unanimidade.

NONO ASSUNTO (Colaboração técnica - Professora Verônica Guimarães UFGD / FUNDAJ):

O diretor, para contextualizar os conselheiros, relatou que a professora Verônica, em 28 de novembro de 2023, apresentou, via e-mail à Direção, após o encaminhamento da pauta com a convocação para a 10ª reunião ordinária, prevista para o dia 30 de novembro, um pedido de colaboração técnica como item de expediente. Em diálogo com o coordenador do curso de Direito, foi realizada avaliação de que não havia condições de inserir, naquele momento, o referido pedido, por ausência de maiores informações de como se desdobraria tanto na UFGD, quanto na instituição parceira, Fundação Joaquim Nabuco. Diante do exposto, o presidente, como gestor da unidade, informou à docente interessada que o pedido seria incluído na pauta da próxima reunião do Conselho Diretor e, nos sucessivos dias, entrou em contato com a PROGESP/UFGD, a fim de verificar a possibilidade de contratação de professor substituto nesta hipótese e agendou reunião com a assessora da presidência da FUNDAJ. Na reunião, o presidente constatou que a fundação, de fato, tem interesse na colaboração, mas observou que não há um projeto de colaboração técnica entre as instituições, e sim uma proposta de colaboração de uma servidora com a fundação. A funcionária da fundação apresentou, como possibilidades, a realização de publicações conjuntas pela editora, dossiês de revistas, eventos conjuntos, cursos de capacitação, mas salientou não haver possibilidade de contrapartida financeira. O presidente expôs que a PROGESP/UFGD, por sua vez, indicou que não há amparo legal para a contratação de professor substituto nesta hipótese, entendimento do qual a professora Verônica divergiu. Considerando o antagonismo de interpretações de normas, tal resposta foi encaminhada ao pró-reitor de gestão de pessoal, o qual, por sua vez, encaminhou à Divisão de Legislação de Pessoal, que manteve o posicionamento inicial e formalizou uma consulta ao MEC, da qual não há, até o presente momento, resposta. O presidente pontuou, também, que encaminhou e-mail à professora interessada para informar a inserção do item na pauta da presente reunião, oportunidade em que esta respondeu, ontem, encaminhando três processos que obteve na PRAD/UFGD acerca de acordos de cooperação técnica entre instituições e docentes. O professor Hermes esclareceu que, diante do breve lapso temporal do envio, não teve tempo suficiente para apreciar os documentos, mas observou, em análise preliminar, que os referidos processos aparentam se tratar de institutos distintos, que amparam o desenvolvimento, de forma complementar, de atividades de determinado docente em uma instituição diversa, mas sem que isso implique em seu afastamento na instituição de origem, e inseriu os arquivos na pasta da convocação, para que os conselheiros os pudessem analisar. O professor Douglas questionou se há uma expectativa de resposta por parte do MEC, ao que foi respondido de

forma negativa pelo Diretor. O presidente informou que o MEC não possui prazo para resposta, sendo que já decorreu um mês do protocolo da consulta, sem que houvesse qualquer manifestação. O professor Douglas pontuou que acha complicado decidir sobre algo que ainda paira um questionamento no MEC. O professor Mario questionou se há uma formalização de colaboração entre as instituições ou se a faculdade recebeu algum acordo, documento, convite, anuência ou carta que demonstre algo concreto da intenção da colaboração. O professor Hermes apresentou o projeto encaminhado pela professora Verônica e pontuou que, na reunião com os servidores da FUNDAJ, estes informaram que estariam à disposição para receber a referida professora e desenvolver o projeto, mas observou que eles não tinham dimensão da parte burocrática envolvida, tampouco encaminharam outro documento formalizador de intenção. A servidora Maria expôs que a FUNDAJ tem intenção e boa-vontade em receber a professora Verônica, até mesmo porque eles não terão nenhum custo, mas entende que não há o cumprimento do requisito de interesse da instituição. Para fundamentar seu argumento, a servidora realizou uma analogia com as negativas de pedido de licença para tratar de interesses particulares realizadas pelos técnicos da instituição, as quais decorrem da impossibilidade de contratação de técnico substituto, sendo que são deferidos os realizados pelos docentes, por possibilidade de substituição. Desse modo, embora o caso ora analisado se trate de docente, como não há nenhuma contrapartida, defende que o mesmo raciocínio aos técnicos deve ser aplicado. O professor Bruno ponderou que, para decidir, precisaria verificar a situação do curso de Direito, ao que o professor Alisson informou que, além dos requisitos já mencionados, há outros fatores a serem considerados, em especial a ausência de possibilidade de contratação de professor substituto, razão pela qual vê a dificuldade de aprovação. O professor Tomaz elencou quatro questões que o incomodam nesse processo: a ausência de documento formal da cooperação; a discussão acerca da possibilidade de contratação de professor substituto; a ausência de retorno da professora Verônica desde o término de afastamento para pós-doutorado em outubro de 2023, o que descumpra o lapso temporal de permanência na instituição para novo afastamento, situação a que já lhe acometeu e, por fim, o prazo de quatro anos proposto para a colaboração, que culminaria, somado às férias, em, praticamente, seis anos fora da universidade. O professor Tomaz também demonstrou preocupação nesse pedido diante dos encargos atribuídos à referida docente no programa de pós-graduação. O professor Arthur externou preocupação com o pedido como docente do curso de Direito e observou que a última vez que a professora Verônica lecionou na graduação foi no RAENF 2021. O professor reconheceu a competência da docente, mas pontuou que um novo afastamento sobrecarregaria os demais professores do curso e que todas as eventuais contrapartidas da FUNDAJ, como publicação e capacitação, podem ser realizadas a despeito da ora analisada colaboração técnica, de modo que sinaliza contrário ao pedido. O presidente assinalou que, quanto à pendência de resposta do MEC, na

hipótese de haver uma orientação contrária a da PROGESP, nada impediria da servidora, nesse novo momento, demandar o pedido à luz dessa nova interpretação. O professor Hermes indicou que a professora Verônica consta na lista de oferta do PPGFDH e ainda não no curso de Direito, mas que, em esse pedido não sendo aprovado, haverá alteração da lista de oferta para incluí-la. Em votação, houve uma abstenção do professor Douglas, considerando a pendência de resposta do MEC, e votos contrários ao pedido pelos demais conselheiros presentes.

DÉCIMO ASSUNTO (Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP/2024 - 1º ciclo de revisão): O professor Hermes comunicou que está em aberto a primeira janela de revisão do plano de desenvolvimento de pessoas da FADIR. O professor Arthur solicitou sua integração ao plano para licença capacitação em 2025.1 e pós-doutorado em 2025.2 e 2026.1. O professor Alfa solicitou a alteração de sua área temática para Direito. A técnica Juliana solicitou sua inclusão para doutorado - 2025.2 a 2027.1 (24), com possível prorrogação de 2027.2 a 2029.1 (24 meses) e licença capacitação em 2024.2 a 2025.1. As técnicas Gabriela e Maria solicitaram licença capacitação, respectivamente em 2025.1 e 2026.1, enquanto a Suzy alteração de licença para mestrado em 2025.2 a 2027.1. Os professores Alisson e Matheus solicitaram modificações de sua licença para, respectivamente, 2024.2 a 2026.1 e 2026.1 a 2027.1. A professora Déborah, por sua vez, solicitou a inclusão de licença capacitação em 2024.1, e justificou a solicitação pelo surgimento de uma oportunidade no exterior para maio, de modo que todo o cronograma de suas disciplinas do curso de Relações Internacionais foi elaborado de forma a possibilitar o adiantamento das disciplinas, a fim de eliminar qualquer prejuízo aos discentes. O presidente pontuou que outra possibilidade de os docentes usufruírem das licenças capacitações sem prejudicar as disciplinas ministradas seriam as dobradinhas com outro docente. O professor Hermes ressaltou que a técnica Sheila tem a possibilidade de solicitar prorrogação de doze meses e ressaltou se tratar de um plano, passível de adequação quando da abertura para nova revisão, mas que, se o servidor não estiver inserido, ainda que apareça uma oportunidade de estudo, não será possível o seu afastamento. Em votação, aprovada por unanimidade.

DÉCIMO PRIMEIRO ASSUNTO (Programa de Extensão da FADIR): O diretor apresentou a minuta do regulamento de atividades de extensão do curso de Direito. O professor Alisson expôs que a PROEC solicitou o encaminhamento, de modo que os integrantes do NDE do curso se reuniram e, amparado no regulamento já aprovado do curso de Relações Internacionais, elaboraram o regulamento de Direito. O professor Bruno comunicou que a PROEC tentará estabelecer um calendário de visitas nas unidades acadêmicas para realizar o balanço da implementação no prazo de um ano. Em votação, aprovado por unanimidade. Quanto ao programa de extensão da FADIR, o professor Hermes ponderou que esse processo de curricularização da extensão vem sendo implementado há

alguns meses em âmbito nacional e o regulamento da FADIR visa operacionalizar as atividades de acordo com as particularidades de cursos de graduação do período noturno com estudantes que, costumeiramente, trabalham ou moram em outras cidades. O diretor retomou o debate já realizado na 3ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FADIR, em 12 de abril de 2023, acerca da criação do programa de extensão pela unidade acadêmica, o que não significa que todos os projetos de extensão estejam nele previstos, mas sim que o programa possa acompanhar de forma mais próxima as atividades desenvolvidas, cuja vantagem, dentre outras, é possibilitar início e término de atividades no semestre letivo para turmas específicas, o que poderia ser replicado a cada semestre. O diretor apresentou a minuta do “REGIMENTO DO NÚCLEO DE PRÁTICAS EXTENSIONISTAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS, DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL”, nome pensado para abarcar, como guarda-chuva, as diversas áreas desenvolvidas na FADIR, e o professor Bruno solicitou a inclusão, como consideração, a Resolução da PROEC que dispõe sobre a Política de Extensão. A professora Déborah sugeriu alteração do título para “Núcleo de Práticas Extensionistas em Políticas Públicas, Direitos Humanos e Justiça”, suprimindo o termo “Socioambiental”. Os professores Arthur e Alisson manifestaram de forma favorável à alteração. Quanto ao art. 4º, o diretor pontuou que, pelos PPCs aprovados, atividade de extensão é um componente curricular equivalente a atividades complementares, de modo que é necessário designar docentes gestores das ações. O intuito é que tal atribuição, contudo, não sobrecarregue o docente tampouco o coordenador do curso. A professora Déborah expôs que os órgãos que calculam a carga horária docente devem se atentar até mesmo para fins de progressão docente, considerando esse período a ser dedicado à extensão. O professor Hermes indicou que o regimento visa operacionalizar a extensão no primeiro momento e poderá ser revisto para se adequar a novas demandas. O professor Bruno demonstrou preocupação com a possibilidade de o regimento, com seus devidos encargos, ficar limitado aos participantes do Conselho Diretor, de modo que sugeriu que fosse levado à conhecimento da faculdade como um todo. O presidente indicou que os membros colegiados de ambos os cursos poderiam se reunir para apresentar o ato normativo e o núcleo de prática. Os conselheiros deliberaram que, no art. 6º, item 1, fosse retirado o termo “social” de “Educação em Direitos Humanos e Justiça Social”. Quanto ao art. 8º, o diretor pontuou que as ações ainda deveriam ser aprovadas pela comissão e questionou se os projetos precisariam ser cadastrados ainda no SIGPROJ ou se poderia haver um formulário interno do programa, ao que foi respondido pelo professor Bruno que poderia haver cadastro simplificado, mas que ele acha prudente, ao menos uma vez ao ano, haver relatório parcial do ano todo no SIGPROJ, especialmente para se respaldar quanto à emissão dos certificados. Nesse sentido, alterou-se, também, o art. 11 de “relatório final da atividade” para “relatório simplificado da atividade”. A professora Déborah pontuou que o professor gestor deve estar atento aos casos

em que os alunos, embora estejam matriculados na atividade de extensão, participem de outras atividades propostas pelo curso, como no caso dos alunos vinculados à empresa júnior. Desse modo, o professor Alisson sugeriu que, no início do semestre, os alunos já informem tais escolhas ao docente gestor. No que concerne ao art. 15, o presidente assinalou que, anualmente, uma pequena parte dos recursos do custeio da faculdade é destinada às ações de extensão da FUNAEPE, o que pode permitir a aquisição de produtos que os docentes não conseguiriam via universidade, como por exemplo, marmitas para atendimento em comunidades externas. Em votação. Com as devidas adequações propostas, aprovado por unanimidade.

Assuntos Gerais:

- 1) Sala extensão - O professor Bruno questionou a disponibilidade de uma sala para a extensão. O professor Hermes informou que a biblioteca ainda não desocupou as salas, mas que até primeiro de março uma sala estará liberada, de modo que a ideia é transformar a sala 204 em um espaço multiuso, para simulações, reuniões do conselho diretor, atividades de extensão, e viabilizar as aulas que hoje ocorrem na 204 sejam transferidas para a 108;
- 2) Estacionamento FADIR - O professor Tomaz perguntou acerca do estacionamento. O professor Hermes disse que já foi solicitada uma câmera de segurança, considerando, em especial, que não haverá a designação de mais um vigilante para a referida área. Então esse ajuste é necessário antes de liberarem o espaço;
- 3) Concurso docente - O presidente externou que o concurso docente ocorrerá esse final de semana, com quatro bancas e alguns membros externos;
- 4) Pedidos de exoneração - O diretor ressaltou que os docentes Everton e Antonio Zeferino, que estavam de licença para tratar de interesses particulares, solicitaram, na semana passada, a exoneração, de modo que a faculdade terá mais duas vagas, as quais precisam ser deliberadas se serão ocupadas via concurso público ou incorporadas a esse processo seletivo que já está acontecendo;
- 5) Monitoria - o professor Arthur informou que a Comissão Interna de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação receberá planos de ensino de monitoria até amanhã, quinta-feira.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 16h24min e eu, Camila Cristina Martins Real, na qualidade de secretária da Direção desta Faculdade, lavrei a presente ata que, após lida e achada conforme, será assinada por mim e pelos conselheiros presentes.

Dourados, 21 de fevereiro de 2024.

Hermes Moreira Junior: [Presente](#)

(Diretor)

Alaerte Antonio Martelli Contini: [Presente](#)

(Vice-Diretor)

Tomaz Espósito Neto: [Presente](#)

(Coordenador do Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos)

Alisson Henrique do Prado Farinelli: [Presente](#)

(Coordenador do curso de Direito)

Mario Teixeira Sá Junior: [Presente](#)

(Coordenador do Curso de Relações Internacionais)

Arthur Ramos do Nascimento: [Presente](#)

(Presidente da Comissão Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação)

Bruno Boti Bernardi: [Presente](#)

(Presidente da Comissão de Extensão)

Douglas Policarpo: [Presente](#)

(Representante dos docentes)

Deusdete Junior Santos: [Ausência justificada](#)

Maria Batista Brito Bossa: [Presente](#)

Camila Cristina Martins Real: [Presente](#)

(Representantes dos técnicos-administrativos)

Rafaelly dos Santos Nascimento: [Presente](#)

Elvis Wanderson Fernandes Arruda Júnior: [Ausência justificada](#)

Luana Batista da Silva: [Ausência justificada](#)

Jhon Gabriel Deniz Ovelar: [Presente](#)

Josuel Belo dos Santos: [Ausente Injustificado](#)

Valesca Luzia Leão Luiz: [Ausente Injustificado](#)

(Representantes dos discentes)